

# **PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL**

e o estado de coisas  
inconstitucional

**2ª edição**

Atualizada  
com base na  
Lei 13.964/19,  
denominada  
Lei Anticrime

Luís Carlos Valois





**Belo Horizonte** | **São Paulo**  
 Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,  
 Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82  
 Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP  
 CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
 Copyright © 2019, Luís Carlos Valois.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
 sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Letícia Robini  
 (Imagem via VisualHunt)

*Diagramação* Letícia Robini

### Catálogo na Publicação (CIP)

V198 Valois, Luís Carlos  
 Processo de execução penal e o estado de coisas inconstitucional / Luís Carlos Valois. - 2.  
 ed. atual. com base na Lei 13.694/19, denominada Lei Anticrime. - Belo Horizonte, São  
 Paulo : D'Plácido, 2021.  
 194 p.

ISBN 978-65-5589-350-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



\*  
 Rodapé



---

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>7</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>1. O estado de coisas inconstitucional declarado pelo STF</b> .....	<b>17</b>
<b>2. Numerus Clausus (número fechado)</b> .....	<b>33</b>
<b>3. Princípios constitucionais na execução penal</b> .....	<b>41</b>
3.1. Princípio da legalidade.....	42
3.2. Dignidade da pessoa humana.....	46
3.3. O princípio da pessoalidade da pena.....	51
3.4. A vedação de determinadas penas.....	56
3.5. Princípio da isonomia no sistema penitenciário.....	60
3.6. Integridade física e moral dos presos.....	63
3.6.1. Sobre a violência física e moral.....	63
3.6.2. Direito do preso à saúde e a pandemia de Covid-19.....	67
3.6.3. A questão das mulheres trans.....	71
3.7. Garantias processuais.....	75
3.8. Princípio da individualização da pena.....	78
3.8.1. Individualização administrativa.....	78
3.8.2. Individualização judicial-executiva da pena.....	82

<b>4. A execução penal como processo e outros direitos do preso na LEP</b> .....	<b>85</b>
4.1. O processo de execução penal.....	86
4.2. A progressão de regime.....	90
4.2.1. Princípios da progressão de regime.....	90
4.2.2. Frações para a progressão de regime.....	<b>96</b>
4.3. Progressão de regime cautelar.....	100
4.4. Exame criminológico como requisito da progressão.....	104
4.5. O direito do voto do preso.....	111
4.6. Os direitos inerentes a cada regime e o RDD.....	114
4.7. O trabalho e a remição.....	124
4.8. Execução penal provisória e progressão por salto.....	130
4.9. Soma e unificação das penas.....	133
<b>5. Procedimentos específicos na execução penal</b> .....	<b>145</b>
5.1. Progressão com 16% em caso de penas hediondas.....	145
5.2. Não consideração da hediondez quando a pena for igual ou inferior a 8 anos.....	150
5.3. Retificação do regime inicial na execução penal.....	153
5.4. A substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos na execução.....	157
5.5. Indulto para penas de crimes hediondos.....	161
5.6. Monitoração eletrônica.....	167
5.7. Últimas considerações sobre a Lei 13.964/19 (Lei Anticrime).....	175
<b>Conclusões</b> .....	<b>181</b>
<b>Referências</b> .....	<b>185</b>